

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E
EDUCAÇÃO DO CAMPO

Márcio Marrek Berbigier

**PROJETO QUINTAIS SUSTENTÁVEIS : UMA AÇÃO ESPECÍFICA DE
ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL NOS ASSENTAMENTOS
DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL**

Santa Maria, RS
2015

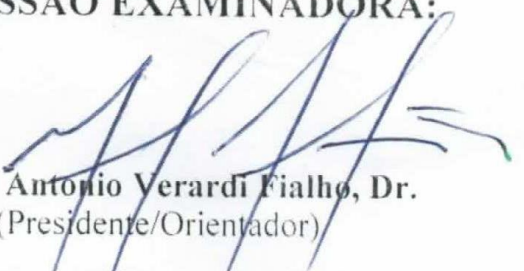
Márcio Marrek Berbigier

**PROJETO QUINTAIS SUSTENTÁVEIS : UMA AÇÃO ESPECÍFICA DE
ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL**

Artigo de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Especialista em
Agricultura Familiar Camponesa e
Educação do Campo**

Aprovado em 19 de outubro de 2015:

COMISSAO EXAMINADORA:



Marco Antonio Verardi Fialho, Dr.
(Presidente/Orientador)



Marcos Botton Piccin (UFSM)



Roberto Ramos (INCRA/SR 11)

Santa Maria, RS
2015

PROJETO QUINTAIS SUSTENTÁVEIS : UMA AÇÃO ESPECÍFICA DE ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

SUSTAINABLE YARDS PROJECT: A SPECIFIC ACTION OF COPING IN RURAL POVERTY IN REFORM SETTLEMENTS LAND IN RIO GRANDE DO SUL

Márcio Marrek Berbigier¹

RESUMO

Este estudo trata do tema da pobreza dentro dos assentamentos do Rio Grande do Sul, a partir do apontamento e análise de questões que permitam entender melhor as razões pelas quais muitas famílias assentadas ainda permanecem em situação de pobreza. Realiza considerações sobre a agenda de políticas públicas existentes no âmbito do desenvolvimento das áreas de reforma agrária e de como as mesmas interagem ou não com as famílias mais empobrecidas. Na sequência analisa o Projeto Quintais Sustentáveis, como sendo uma ação específica e inédita para superação da pobreza nos assentamentos do Rio Grande do Sul. Elaborado a partir de esforços conjuntos o projeto é direcionado às famílias em situação de pobreza, prevendo a implantação de dois hectares de cultivos alimentares diversos. Contando com o apoio do programa de ATES o projeto também abre caminhos e aproxima suas equipes do tema da pobreza, desafiando as mesmas à imergirem nesta realidade e atuarem nas múltiplas dimensões que cerca o tema, propiciando aprendizados importantes, nesta boa e ousada caminhada rumo a superação da pobreza e Inclusão Social e Produtiva das famílias mais empobrecidas.

Palavras-chaves: reforma agrária, pobreza, desigualdade social, ATES, inclusão social e produtiva, assentamentos, projeto quintais sustentáveis.

ABSTRACT

This study deals with the matter of poverty within Rio Grande do Sul settlements, through notes and analysis of issues that allow a better understanding of the reasons why many settled families still remain in poverty. It points out on the public policies agenda there are on the topic of the development of agrarian reform areas and also on how they are related or not related with the poorest. Afterwards, the study analyzes the Projeto Quintais Sustentáveis (Sustainable Yards Project) as a specific and unprecedented action in order to overcome poverty in Rio Grande do Sul settlements. Drawn from combined efforts, the project is driven to the families in poverty situation, in a way to foresee the establishment of two hectares of various food crops. With the ATES program support, the project also opens paths and approaches its teams to the poverty subject, challenging them to emerge in this reality and to act on the multiple dimensions around the matter, providing great learnings on this nice and bold journey towards the poverty overcome and towards the social and productive inclusion of the poorest families as well.

Keywords: agrarian reform, poverty, social inequality, ATES, social and productive inclusion, settlements, Sustainable Yards Project

¹ Agrônomo, autor; Técnico Emater, Estudante da Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo.

1 INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, os projetos de assentamentos da reforma agrária abrangem 96 municípios, com 13.306 famílias assentadas em 283.852,14 hectares (INCRA, 2013). Boa parte destes projetos foi implantada, muitas vezes em áreas desprovidas de infraestrutura, exigindo mais atenção do estado, e gerando dificuldades a serem enfrentadas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e das regiões onde os mesmos estão inseridos.

O Cruzamento entre as informações do CadÚnico², com as informações constantes no Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA³), possibilitou identificar um conjunto grande de famílias em situação de pobreza, com baixa ou nenhuma diversificação nas atividades produtivas e com produção insuficiente para suprir o autoconsumo, tornando-os dependentes de programas sociais como o Bolsa Família. Por outro lado, os assentamentos da reforma agrária, são reconhecidos como um importante instrumento para a superação da pobreza rural, e neste sentido há que se tentar entender melhor as razões pelas quais muitas famílias assentadas ainda permanecem em situação de pobreza.

Sabe-se que a maioria destas famílias mais empobrecidas, possui pouco ou nenhuma participação junto às dinâmicas organizativas locais/regionais existentes e, portanto, acabam ficando isoladas, dificultando ainda mais o acesso das mesmas as inúmeras políticas públicas e as próprias ações da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

Com a ausência de uma política pública específica voltada às famílias nestas condições, os esforços até então, dispensados pelas equipes de ATES, pouco tem conseguido mudar esta condição de isolamento, pois para além da falta ou precariedade da infraestrutura produtiva, soma-se o baixo interesse e motivação das famílias em participarem dos espaços de organização socioprodutiva existentes nos assentamentos e/ou entorno.

² **Cadastro Único** para Programas Sociais ou **CadÚnico** é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

³ SIGRA – Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES, foi desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria, através de Acordo de Cooperação Técnica com o INCRA, visando prestação de serviços de Assessoramento Técnico e Pedagógico para o Programa de Assistência Técnica, Ambiental e Social – ATES.

Na sequência o estudo analisa o Projeto Quintais Sustentáveis – Apoia a Estruturação e Produção de Alimentos como a política pública específica, inédita e voltada exclusivamente ao enfrentamento da pobreza. O projeto é resultante de um amplo processo de discussão e esforço conjunto envolvendo diversas entidades, como a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, as prestadoras de serviços de ATES (Emater/RS⁴, COPTec⁵ e o CETAP⁶), a Embrapa Clima Temperado, com larga experiência de atuação junto ao público da reforma agrária, a Universidade Federal de Santa Maria (atualmente responsável pelo assessoramento técnico e pedagógico do programa de ATES), o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA), a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), e representantes das cooperativas de produção e coordenação estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O Projeto Quintais Sustentáveis, vincula e articula o fornecimento de um Kit de materiais e insumos para estimular uma produção diversificada de alimentos, com a execução de um conjunto de ações de Assistência Técnica, Social e Ambiental, visando apoiar a assessorar tecnicamente as famílias na implantação e desenvolvimento das atividades produtivas previstas no Kit. Oportunidade que também desafiam as equipes à imergirem nesta realidade e atuarem nas múltiplas dimensões que cercam o problema da pobreza, sejam na área social, como nas áreas ambiental, econômica ou produtiva, bem como no importante papel de mediação para acesso às diversas políticas públicas de garantia e defesa de direitos e de inclusão social e produtiva existentes.

Entendendo que o enfrentamento da pobreza nos assentamentos é uma prioridade a ser atendida, especialmente pelo programa de ATES, e na tentativa de qualificação das políticas públicas, ferramentas e metodologias atualmente em curso, o presente estudo, tem como esforço principal fazer uma reflexão sobre estes esforços, imergindo um pouco no tema da pobreza e verificando se esta agenda de esforços tem se mostrado suficientemente adequadas para a efetiva inclusão social

⁴ Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – responsável pela prestação dos serviços de ATES em 9 Núcleos Operacionais de ATES.

⁵ Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos- responsável pela prestação dos serviços de ATES em 10 Núcleos Operacionais de ATES

⁶ Centro de Tecnologias Alternativas Populares – responsável pela prestação dos serviços de ATES em 01 Núcleo Operacional de ATES.

e produtiva das famílias assentadas, que encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Com relação à metodologia e tendo como seu objeto de estudo principal o tema da pobreza rural dentro dos assentamentos de reforma agrária, o presente estudo pretende apresentar considerações que contribuam, sobretudo, para uma melhor percepção sobre as razões pelas quais ainda há um número expressivo de famílias assentadas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, que dependem de programas governamentais de transferência de renda. A partir desta análise, contribuir na análise das políticas públicas, dos esforços, e dos programas atualmente em curso para promover a inclusão social e produtiva de famílias assentadas que encontram-se nesta situação.

Para tanto este estudo, buscou realizar, a partir de informações constantes na base de dados do SIGRA, a caracterização das famílias mais empobrecidas, a partir da definição de uma amostragem composta por 24 famílias participantes do Projeto Quintais Sustentáveis, que estão assentadas no Projeto de Assentamento Farroupilha, localizado no Município de Encruzilhada do Sul,

Também no esforço de enriquecer um pouco mais este estudo, foi realizado uma pesquisa exploratória, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas aos principais atores sociais que participaram da elaboração do Projeto Quintais Sustentáveis, dentre os quais destaca-se: um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dois representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, um representante do CETAP, um representante da EMATER, um representante da COPTec, um representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo - SDR e por fim um representante da equipe de Assessores Técnicos Pedagógicos do Programa de ATES, vinculados a UFSM. A ideia foi tentar captar os diferentes olhares existentes sobre o tema da pobreza, sobre as famílias mais empobrecidas, sobre o arranjo de políticas públicas executadas e mais especialmente sobre os potenciais que o Projeto Quintais Sustentáveis possui como uma política específica de enfrentamento da pobreza dentro dos assentamentos.

Para além da caracterização e das entrevistas realizadas o artigo também apoia-se em referências bibliográficas, que juntamente com os demais elementos coletados, procura compreender um pouco melhor as razões pelas quais as famílias

integrantes de assentamentos de reforma agrária, acessam outras políticas públicas de defesa e garantia de direitos, como por exemplo o Programa Bolsa Família.

Diante do Exposto, além do esforço de tecer algumas reflexões sobre o Projeto Quintais Sustentáveis, direcionado especificamente para as famílias empobrecidas, o estudo analisa também o Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental no Rio Grande do Sul, sua estrutura, sua forma de atuação, e as estratégias metodológicas adotadas na agenda de enfrentamento da pobreza rural e, se o sinergismo gerado pela articulação de esforços entre o Programa de Ates e o Programa Quintais Sustentáveis mostrou-se suficientes e adequados para enfrentar o tema da desigualdade social e da inclusão social e produtiva das famílias assentadas mais empobrecidas.

A ressalva importante a ser feita é que as considerações e análises presentes neste estudo são feitas a partir de informações consultadas na base de dados do SIGRA, e, dos diferentes olhares captados através das entrevistas. Trata-se então de visões externas sobre a realidade da pobreza e das famílias, o que mantém aberto uma lacuna importante nesta análise, que é a visão das próprias famílias sobre as condições em que vivem. Ressalvo como importante esta questão que, por certo, deixará de enriquecer as análises objeto deste artigo.

2 ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRARIA COMO MECANISMOS DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

Os assentamentos de Reforma Agrária ocupam hoje no Brasil uma área superior a 86 milhões de hectares, onde vivem mais de 900 mil famílias. A partir de 2003, início do Governo Lula, a expectativa dos movimentos sociais no campo impôs a retomada da Reforma Agrária em ritmo mais acelerado. Ao longo do primeiro ano de governo foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, abrangendo temas mais amplos que o anterior, a exemplo das questões ambientais, bem como a igualdade de gênero e raça, sendo estes assumidos como valores importantes na política agrária nacional. Em que pese as dificuldades e entraves legais e políticos que impedem o avanço de um Programa de Reforma Agrária numa perspectiva mais ampla, o governo brasileiro, a partir da pressão exercida pelos movimentos sociais, conseguiu estabelecer uma política de criação de assentamentos que possibilitou assentar mais de mais de 630 mil famílias, e incorporar em torno de mais 48,3

milhões de hectares, no montante de áreas destinadas aos assentamentos de reforma agrária.

No Rio Grande do Sul, existem hoje 336 assentamentos criados e/ou reconhecidos pelo INCRA, localizados em 96 municípios, ocupando uma área aproximada de 284 mil hectares, onde estão assentadas mais de 13,3 mil famílias⁷. A maioria dos assentamentos está localizada em áreas distantes dos centros consumidores e com poucos canais de comercialização estruturados, impondo uma série de desafios e condicionantes para a reprodução social e econômica das famílias assentadas, haja vista que as atividades produtivas predominantes em algumas regiões, tais como a soja, milho, arroz, pecuária de corte, apresentam viabilidade duvidosa, se exploradas em pequenas áreas, como é o caso dos lotes de terra destinados às famílias assentadas (CHIES, et al. 2012).

A criação de novas dinâmicas territoriais de desenvolvimento, a promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias, o saneamento das questões estruturais básicas (habitação, água, energia elétrica, estradas), a geração de renda e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos são questões que ainda precisam lograr muitos avanços e requerem políticas públicas que combinem garantia dos direitos sociais básicos, como saúde, educação, assistência social, previdência, com acesso à infraestrutura social e produtiva.

O Assentamento de novas famílias em um determinado território, de forma integrada e articulada com as estratégias de desenvolvimento territorial sustentável e demais ações dirigidas para a agricultura familiar, cria sinergias e dinâmicas importantes para alavancar e estimular processos de desenvolvimento local/regional.

É certo que a criação destas novas unidades produtivas tem potencial de promoverem grandes transformações de ordem econômica, social e política nas regiões onde estão inseridas. Pode-se dizer que a emergência de sistemas produtivos mais diversificados num cenário de reconversão produtiva das regiões de crise da agricultura patronal constitui-se como elemento estruturante, nesta nova lógica. Somados a isso, o acréscimo no número de famílias camponesas no território, estimulam o aumento na oferta de alimentos, produtos e serviços, potencializando o mercado local, através das novas demandas geradas por gêneros

⁷ Dados obtidos no INCRA, base de dados de 2013.

alimentícios, roupas, maquinários, materiais de construção, implementos, insumos, serviços e outros bens de consumo geral (BERGAMASSO; NORDER, 2008).

Entretanto, é importante comentar que, a partir de uma concepção herdada ainda no processo de colonização ocorrida nos anos 70 e 80, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária era praticamente o único órgão do estado brasileiro, responsável por prover as famílias de todas as políticas públicas nos assentamentos. Concepção esta que a partir do aumento no número de assentamentos criados e reconhecidos pelo INCRA, começou a apresentar graves problemas, ocasionados pela escassez de recursos e pela baixa capacidade operacional do órgão, fazendo com que as políticas fossem executadas de forma insuficiente, extemporâneas e desarticuladas, levando tempo demasiado na implantação das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento das novas áreas reformadas (GUEDES, et al. 2014).

Somadas a estas dificuldades acima expostas considera-se o fato de que muitas famílias assentadas, oriundas de regiões com características edafoclimáticas diferentes, tiveram dificuldades de adaptação aos novos territórios. Situação que acabou levando muitas famílias a não alcançarem o êxito esperado nos investimentos realizados a partir dos recursos oriundos da fase de implantação dos assentamentos.

3 OS DIFERENTES OLHARES E PERCEPÇÕES SOBRE A QUESTÃO DA POBREZA DENTRO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

A partir das informações obtidas por meio das entrevistas realizadas, destacamos que o fenômeno da pobreza é percebido como resultante de um conjunto de condicionantes, as quais pretende-se comentar na sequência. Há que se destacar aqui que as considerações e elementos apontados na sequência deste capítulo foram sistematizadas a partir do agrupamento de informações obtidas nas diferentes entrevistas aplicadas e descritos numa perspectiva de complementariedade às principais questões levantadas. Não será objeto, portanto, contrastar pontos de vista, mas sim descrever todas as questões levantadas de forma a enriquecer o conjunto de elementos integrantes desta análise.

Uma das questões de relevância identificadas a partir das entrevistas está relacionada ao perfil de parte das famílias que compõem a base dos acampamentos e topam ir para a reforma agrária. Mais notadamente a partir das últimas duas décadas, nota-se a presença de famílias originárias do meio urbano, com identidades pouco vinculadas ao contexto da agricultura familiar, mas que também viviam numa condição de pobreza e escassez de políticas públicas. Ao irem para os assentamentos vão em uma condição de descapitalização social, com expectativa de melhorarem de vida, mas também com o desafio de se reconstruírem e se reconhecerem enquanto sujeitos sociais unificados em uma outra categoria social denominada de “Agricultores Familiares”. Reforça-se nas entrevistas que o reconhecimento desta realidade não significa passar a ideia de que a reforma agrária não deva atender a este público mais urbano, mas sobretudo considerar este fator como um elemento importante na compreensão desta realidade e na definição de estratégias de enfrentamento da situação.

Outro elemento fortemente apontado como importante para a compreensão deste fenômeno é a existência de variação na concentração de pobreza de região para região, constatando-se que nas regiões menos desenvolvidas e com maior dificuldade de acesso aos mercados a concentração da pobreza é mais expressiva. Atribui-se também o fato de que muitas famílias foram assentadas em regiões de maior vazão populacional, cujas características são muito distintas de suas regiões de origem, com condições ambientais desfavoráveis, e que trouxeram inúmeras dificuldades de adaptação. A situação adversa é mais percebida em regiões nas quais o desenvolvimento das forças produtivas ainda não evoluíram suficientemente e oferecem poucas possibilidades de relacionamento com os mercados.

Os percalços e a demora na execução das políticas de implantação dos assentamentos, também foi outra questão muito comentada, e que gerou muitos descompassos entre a aplicação dos primeiros créditos e a chegada da infraestrutura básica necessária. Ou seja, as políticas públicas existentes ocorreram de forma desarticuladas e não deram conta de resolver, em tempo hábil, passivos estruturais importantes como a questão da habitação, das estradas, do acesso a água, à energia elétrica, estruturação produtiva, entre outros. Destaca-se, no entanto que alguns avanços veem ocorrendo nos últimos anos na direção de resolver e minimizar estes passivos. Contudo, resta entendido que ainda há muito por fazer, especialmente na direção de obter maior sinergismo, sintonia e conexão entre as

diferentes políticas públicas executadas e a serem executadas para a superação destes entraves estruturais.

O apontamento de problemas na aplicação dos primeiros recursos recebidos pelas famílias no momento de sua chegada nos assentamentos é outro elemento de destaque que surge de forma muito evidente nas entrevistas realizadas. Percebe-se que na aplicação dos primeiros créditos recebidos nos assentamentos (fomento inicial e Pronaf A), ocorreram também inúmeras frustrações, haja vista o desconhecimento ainda muito marcante de grande parte das famílias especialmente em relação as condições de solo e clima destas regiões onde foram assentadas. Para além disso, o acesso ao crédito de forma grupalizado, tendo como garantia o aval solidário entre os integrantes dos grupos, acabou colocando a maioria dos agricultores assentados em condição de inadimplência, impossibilitando a continuidade no acesso a créditos e a realização de investimentos para a estruturação e consolidação das atividades produtivas.

A forma como as famílias se organizam ou não para o enfrentamento das adversidades colocadas (acesso a créditos, estradas, infraestrutura básica) também é citado nas entrevistas como um condicionante importante para a superação das condições mais adversas. A experiência organizativa vivida na fase de acampamento acaba não se materializando na maioria das situações devida a uma série de fatores e diferenças que tornam-se mais evidentes na vida pós acampamento. Observa-se que a maioria das famílias em situação de pobreza nos assentamentos, são as que têm menor capacidade organizativa e de respostas do ponto de vista produtivo, e por isso acabam vivendo de forma mais individualizada em seus lotes, não tendo praticamente nenhum tipo de engajamento e participação nas dinâmicas organizacionais e produtivas existentes nas regiões onde estão inseridas. Cita-se também a existência de casos, dentre estas famílias, em que o nível de degradação social e das condições de trabalho e da família é tão significativo que dificilmente conseguirão responder a qualquer tipo de estímulo do ponto de vista mais produtivo, cujos problemas na maioria das vezes são desconhecidos, de natureza mais subjetiva, e que precisam ser melhor decifrados, contando talvez com o apoio de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que permitam melhor compreender esta realidade que até então ainda é desconhecida para a maioria dos atores envolvidos com o processo de desenvolvimento dos assentamentos.

Outra questão delicada, mas não menos importante, reafirmado de forma muito evidente nas entrevistas realizadas, diz respeito ao acesso do próprio programa bolsa família. Certamente que ele possui uma função importante e indiscutível, especialmente por trazer uma certa segurança para as famílias, frente ao cenário de sazonalidade e incerteza que a agricultura proporciona. Contudo, há uma avaliação geral dos entrevistados de que precisa ser melhor analisado como indicador de famílias pobres no âmbito dos assentamentos. Isso porque a execução das políticas públicas compensatórias, de modo geral, a exemplo do bolsa família, se dão a partir das informações declaratórias colhidas em entrevistas das famílias com o gestor local do Cadastro Único, que por sua vez é vinculado as administrações municipais. Destaque importante em relação a esta questão é apontado especialmente em relação ao acesso destas políticas, na maioria dos casos, de forma desarticulada com a criação de espaços de problematização que estimulem a capacidade reflexiva dos beneficiários, especialmente em relação a sua nova identidade social de agricultor familiar. Condição que possibilita sua organização e reprodução social, a partir da combinação de sua força de trabalho e de produção familiar, que combinados com o acesso e uso da terra, podem tirá-lo desta situação de vulnerabilidade social.

Outro tema bastante polêmico levantado se relaciona à utilização dos lotes por terceiros, a partir de contratos de parcerias ou arrendamentos, que se constituem como uma ameaça cada vez maior, trazida pelas pressões econômicas inerentes ao avanço de commodities do agronegócio. Embora o presente estudo não tenha feito um cruzamento detalhado sobre esta questão, ele permite, através dos depoimentos colhidos, pressupor que a associação entre a baixa identidade camponesa⁸ existente, as condições adversas e dificuldades de acesso a infraestrutura produtiva e mercados, associada às pressões econômicas para arrendamento dos lotes, faz com várias famílias utilizem os lotes, apenas como forma de obterem a renda da terra⁹ e vendam sua mão de obra em serviços externos, proporcionando uma complementação da renda familiar. Ressalvo que esta reflexão é colocada aqui, devido ao nível de evidencia com que aparece nas

⁸ Sem a pretensão de conceituar neste trabalho o significado de identidade camponesa, refiro-me aqui apenas a condição de agricultor familiar alcançada a partir de seu assentamento em um lote de reforma agrária.

⁹ Refiro-me aqui a renda auferida através do pagamento (por parte dos arrendatários) pelo uso da terra na produção de commodities.

entrevistas realizadas. Não será objetivo de análise deste estudo, mas abre, certamente, um outro vasto campo de estudo e reflexões, não menos importante, que necessita ser melhor explorado.

Para encerrar esta reflexão acerca dos diferentes olhares e percepções sobre a dimensão da pobreza e sua caracterização, no âmbito dos assentamentos de reforma agrária, apenas destaco que os elementos acima comentados estão colocados no sentido de melhor compreender as questões mais diretas que estão relacionadas com a reprodução dos ciclos de pobreza nos assentamentos. Contudo uma análise desta magnitude, precisa também estar conectada a outros estudos que buscam melhor compreender as razões da desigualdade social existente em nosso país, de modo a compreender este fenômeno da pobreza dentro de um cenário de avanço do pensamento liberal, onde as liberdades individuais ilimitadas constituem-se um princípio meritocrático centrado em aspectos meramente econômicos e encobridores das verdadeiras injustiças sociais (SOUZA, 2009).

4 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROJETO QUINTAIS SUSTENTÁVEIS

Para a identificação da pobreza no meio rural, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, aliado aos esforços de busca ativa¹⁰, dispensados especialmente pelas instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural foi utilizado como o principal instrumento. É por meio deste cadastro único que as pessoas deixam de se tornar invisíveis aos olhos do poder público e passam a acessar políticas públicas, programas e ações sociais (AMARAL, 2014). A fidedignidade das informações contidas no cadastro único fica a cargo das administrações municipais, que por estarem mais próximas, realizam entrevistas com as famílias para o preenchimento dos formulários que posteriormente são transmitidos para a base nacional do cadastro, que é operado pela Caixa Econômica Federal.

A identificação das famílias em situação de vulnerabilidade dentro dos assentamentos de reforma agrária também tem como ponto de partida as

¹⁰ Consiste na identificação de famílias que vivem em condição de isolamento e invisibilidade social e encaminhamento das mesmas para o serviço social municipal para a inscrição das mesmas no CadÚnico.

informações do Cadastro Único. No entanto, visando conhecer melhor a realidade das famílias assentadas, o programa de ATES, no caso do Rio Grande do Sul, possui um sistema de informações conhecido como SIGRA, que é alimentado por meio de um questionário aplicado em 100% das famílias assentadas e periodicamente atualizado pelas prestadoras de serviços de ATES¹¹, com informações que possibilitam um conhecimento mais detalhado da realidade dos assentamentos e das famílias que neles vivem.

De acordo com os dados do SIGRA, nos assentamentos do Rio Grande do Sul atendidos pelo Programa de ATES, temos cerca de 4.330 famílias que recebem auxílio do Programa Bolsa Família para ajudar na superação da situação de vulnerabilidade social e como forma de garantia de acesso à alimentação, à educação, à saúde e demais direitos sociais.

No esforço de tentar conhecer um pouco mais a realidade das famílias que vivem nesta situação, e que serão atendidas pelo Projeto Quintais Sustentáveis, definimos, para fins deste estudo, uma amostra de 24 famílias do Projeto de Assentamento Farroupilha, localizado no Município de Encruzilhada do Sul, e que foram selecionadas pelo critério de pobreza para serem beneficiadas pelo Projeto Quintais Sustentáveis,

O assentamento Farroupilha está localizado a 12,5 km da sede do município de Encruzilhada do Sul e pertence ao Núcleo Operacional¹² de Canguçu. Situa-se na Serra do Sudeste, bacia hidrográfica do Rio Camaquã, região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Foi criado em 1994 pelo INCRA e possui uma área total de 2.605 hectares, onde estão assentadas 113 famílias, com lotes de aproximadamente 22,08 hectares em média.

A maioria das famílias assentadas são originárias da região norte do estado, com predominância dos municípios de Ronda Alta, Rodeio Bonito, Nonoai, Palmeira das Missões, Três Passos, Passo Fundo e Tupanciretã. A situação de desemprego aliados as dificuldades de se manterem na cidade, bem como a insatisfação com a

¹¹ No Rio Grande do Sul a prestação dos Serviços de ATES é realizado pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ascar-Emater/RS, pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos - COPTEC e pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAO, contratos pelo INCRA através de chamada Pública.

¹² No Rio Grande do Sul para a organização dos serviços de ATES foram criados instâncias de execução técnica, denominados Núcleos Operacionais de ATES, que são formadas pelo agrupamento de assentamentos a partir de princípios gerais de homogeneidade de condições, proximidade física e tamanho (em número de famílias). Atualmente o serviço está organizado em 18 Núcleos Operacionais de ATES.

realidade do trabalho nas fábricas de calçados e em terras arrendadas sem que tenham perspectivas de avanço e melhoria nas condições de vida e de moradia, foram razões que motivaram as famílias a integrarem o MST, passando longo período em acampamentos, para depois serem beneficiadas com um lote neste assentamento.

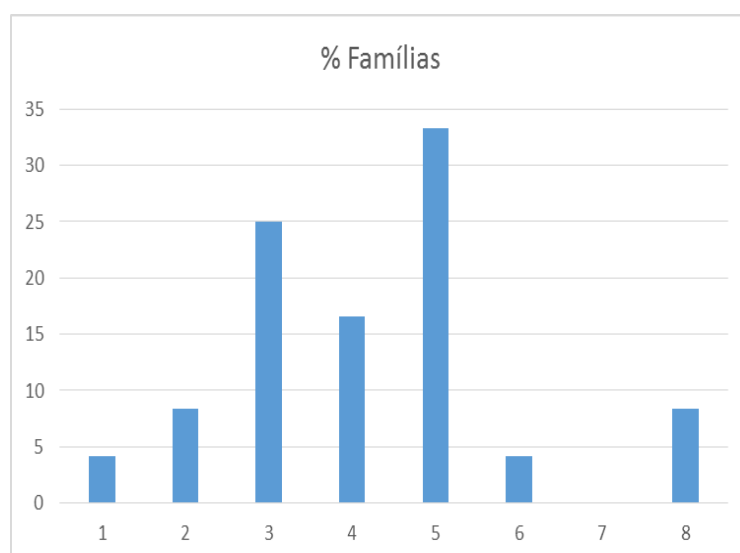
Abaixo foram sistematizadas algumas informações, visando melhor analisar e melhor compreender os modos de vida e a realidade social e econômica em que vivem as famílias.

4.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS AO NÚCLEO FAMILIAR DOS BENEFICIÁRIOS

4.1.1 Nº de pessoas por família

Dentre as famílias integrantes da amostragem definida, há uma predominância de famílias cujo número de pessoas varia de 3 a 5 integrantes, identificando-se um total de 101 pessoas neste conjunto.

Gráfico 1 – Núcleo Familiar (número de pessoas por família)

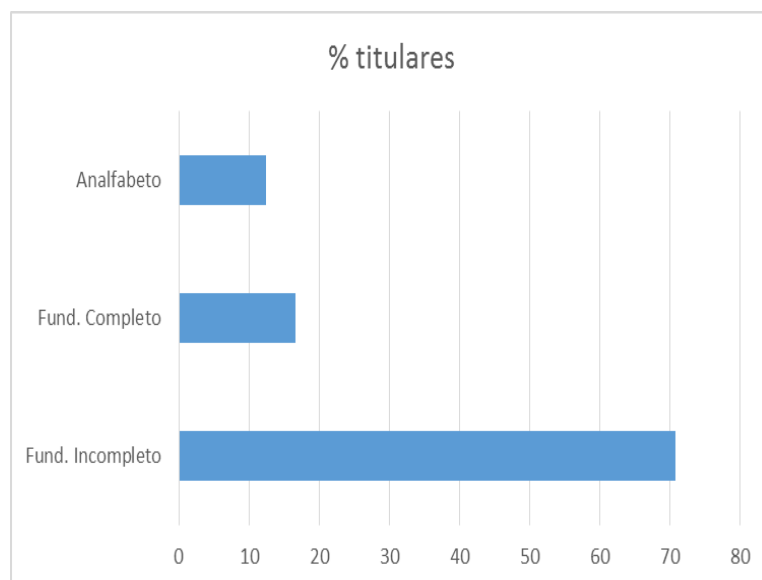


Org.: Do autor.

4.1.2 Escolaridade

Neste item, optamos por identificar o grau de escolaridade dos titulares dos lotes. Entretanto, em relação aos demais membros da família, especialmente os filhos dos agricultores, há que se destacar que a grande maioria dos jovens em idade escolar está estudando regularmente revelando que o acesso escolar é regular.

Gráfico 2 – Nível de Escolaridade dos Beneficiários Titulares

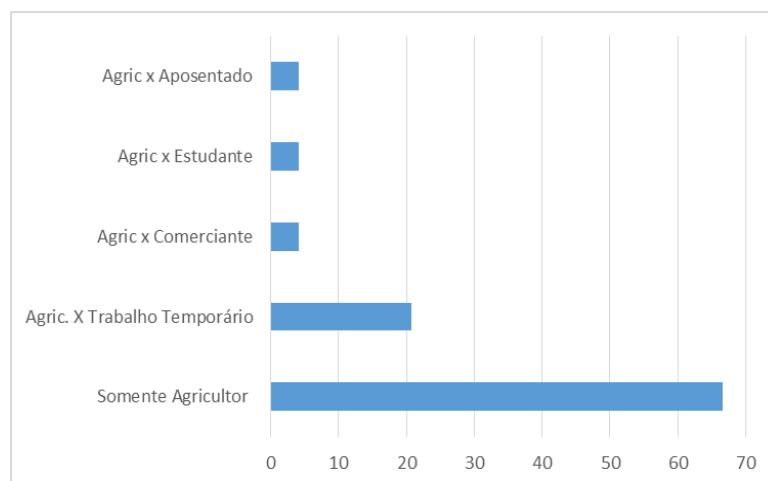


Org.: Do autor.

4.1.3 Ocupação principal x outras ocupações

Em relação à ocupação principal, destaca-se, que 100% dos beneficiários declaram como ocupação principal as suas atividades como agricultor assentado. Ao avançarmos para uma segunda ocupação, percebe-se que a principal estratégia de complementação da renda familiar está na realização de trabalhos temporários. Outras ocupações também aparecem mas em grau menos expressivo, não sendo possível afirmar, a partir deste conjunto estudado de que é um comportamento típico das famílias que vivem em situação de pobreza dentro dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Gráfico 3 – Percentual de beneficiários que possuem uma segunda ocupação além das suas atividades principais como Agricultor



Org.: Do autor.

4.1.4 Auxílios Governamentais

Em relação ao acesso a políticas de garantia de direitos, percebe-se uma forte participação no Programa Bolsa Família, atingindo mais de 91,5% das famílias selecionadas nesta amostra. Situação que revela ainda uma forte participação do Estado que em tese, busca associar à transferência do benefício financeiro, o acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. Contudo, é possível confirmar a percepção trazida pelos entrevistados, de que não há espaços proporcionados pelo programa bolsa família, visando atingir um estágio de reflexão e problematização sobre a atual condição de agricultores assentados, com vistas a sua saída, partir de sua força de trabalho e produção familiar desta condição de dependência do Bolsa Família.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL BÁSICA E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SÓCIO CULTURAL E PRODUTIVA DAS FAMÍLIAS

Por ser um Assentamento com mais de 20 anos de existência, e em que pese os inúmeros problemas decorrentes da política de implantação dos assentamentos, praticamente todas as políticas relacionadas a fase de implantação do Assentamento, habitação, energia elétrica, água, estradas, etc., já foram

executadas, sendo resolvidos parcial ou totalmente, as questões estruturais mais importantes.

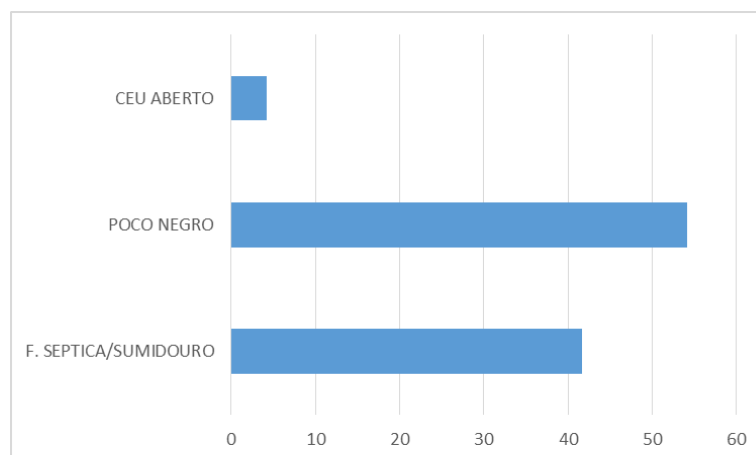
4.2.1 Habitação, Água e Saneamento Básico

Com base nas informações do SIGRA, é possível perceber que a questão da habitação rural, é uma demanda já resolvida, possivelmente pelos programas habitações relacionados a política de implantação dos assentamentos de reforma agrária, haja visto que todas as famílias integrantes deste conjunto possuem moradia, sendo a maioria delas feitas em Alvenaria e em tamanhos bastante variados e proporcionais ao número de integrantes do núcleo familiar. De modo geral, a média das moradias gira em torno de 78 metros quadrados.

A água consumida pela grande maioria das famílias é proveniente de vertentes existentes na região, sendo seguida por fontes protegidas e poços rasos. O Acesso ao longo do ano é insuficiente para 30% das famílias pertencentes a amostra selecionada. Em relação a qualidade da água, 12,5% dos beneficiários informam não possuir qualidade necessária ao consumo. Outra informação importante e que merece destaque é que 100% dos beneficiários informam não possuir outros recursos hídricos necessários ao consumo no lote.

Na questão do saneamento básico, a maioria das famílias, possuem como principal forma de esgotamento sanitário o uso de poços negros seguido daqueles que possuem fossas sépticas com sumidouros.

Gráfico 4 – Estratégias de esgotamento sanitário adotado pelas famílias

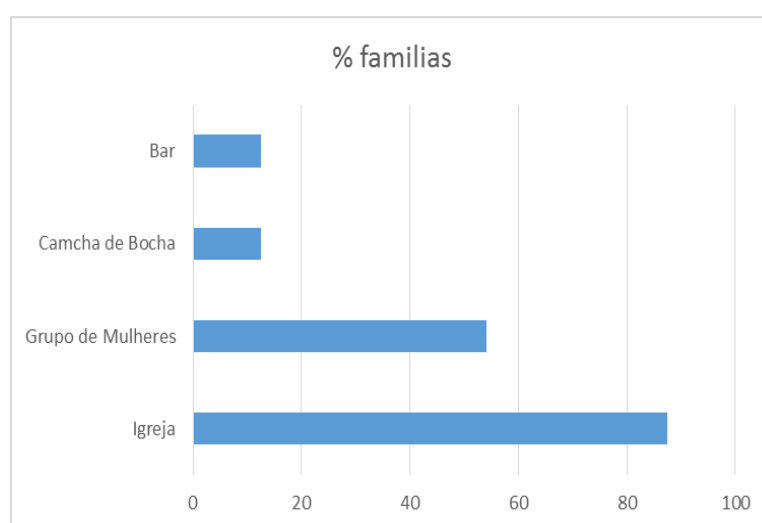


Org.: Do autor.

4.2.2 Participação Sócio Cultural e Produtiva das Famílias

Entende-se como participação sócio cultural, as principais relações sociais estabelecidas pela família no convívio cotidiano. Dentre estas relações destaca-se de forma significativa a forte participação nas igrejas, sendo seguida da participação em grupos de mulheres e em menor frequência o convívio em canchas de bocha e em bares dentro ou próximo dos assentamentos.

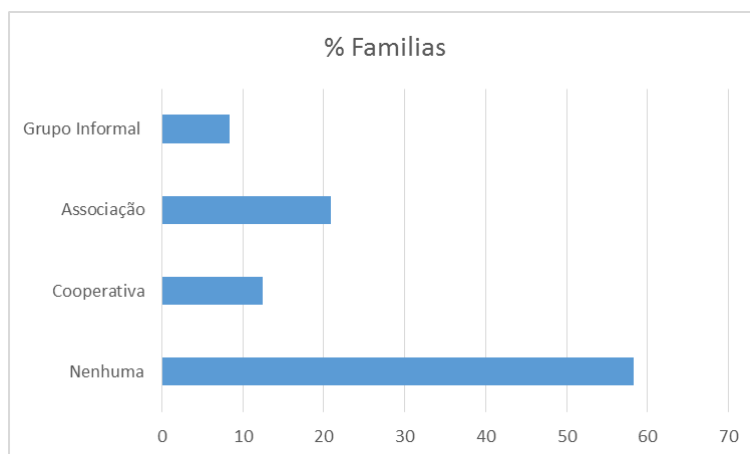
Gráfico 5 – Principais tipos de participação sócio cultural dos beneficiários



Org.: Do autor.

A participação sócio produtiva apresentada, busca demonstrar a inserção das famílias em dinâmicas produtivas locais/regionais, tais como cooperativas, associações e/ou grupos informais. Situação que, de acordo com as informações do SIGRA configuram-se como um desafio a ser alcançado, haja visto que a maioria das famílias possuem uma baixa inserção junto as estruturas de organização coletiva existentes. Situação que demonstra ainda a existência de um grau elevado de isolamento, que as tornam mais vulneráveis, especialmente em relação ao acesso às políticas públicas que chegam até às famílias por meio das organizações produtivas existente no assentamento e o acesso as próprias serviços de ATES promovidas pelas equipes.

Gráfico 6 – Inserção das famílias nos espaços de organização sócio produtiva locais/regionais



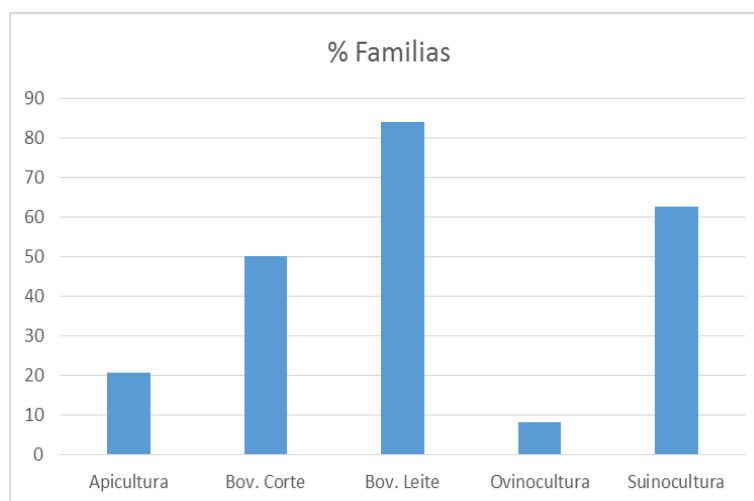
Org.: Do autor.

4.2.3 Principais atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias

4.2.3.1 Produção Animal

Dentre as atividades de produção animal, merece maior destaque a atividade de Bovinocultura Leiteira, seguida de Suinocultura e em terceiro lugar da Bovinocultura de Corte. Em menor percentual aparece também atividades como ovinocultura e apicultura.

Gráfico 7 – Principais atividades de Produção Animal



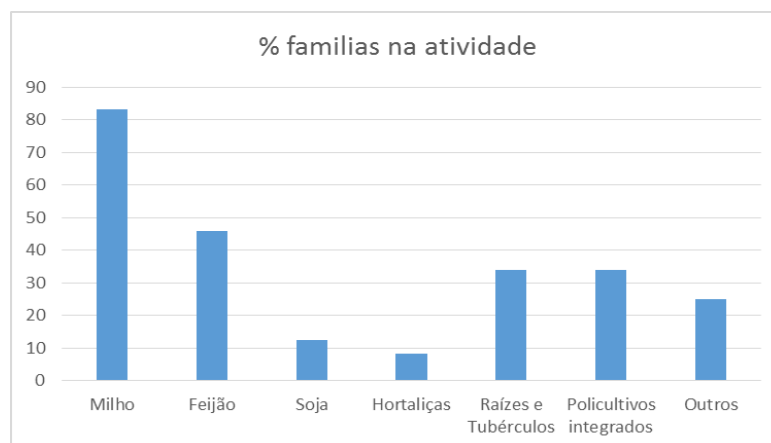
Org.: Do autor.

Ainda em relação à bovinocultura leiteira, principal atividade de produção animal existente dentre este conjunto de famílias, há que se comentar o potencial da mesma para a geração de renda e para a inclusão produtiva das famílias. Os dados do SIGRA permitem identificar uma média de três animais por família, assim como o conjunto de vacas em lactação e vacas secas. Cerca de 55% dos beneficiários não conseguem manter uma produção leiteira permanente ao longo do ano, indicando, ainda que superficialmente, um nível tecnológico baixo no manejo reprodutivo realizado, fazendo com que cerca de 50% do rebanho existente esteja na condição de vacas secas. Índice este considerando extremamente alto, haja vista que indicadores técnicos atualmente utilizados apontam para um limite não superior a 30% nesta categoria. Certamente que de posse de outros elementos técnicos, tais como estratégias de alimentação e manejo adotadas, esta consideração pode ser melhor qualificada no sentido de identificar as principais questões, que com apoio das equipes de ATES podem ser melhoradas pelas famílias, para potencializar os resultados alcançados nesta que é a principal atividade produtiva animal desenvolvida.

4.2.3.2 Produção Vegetal

Neste item, foram identificados as principais atividades produtivas de produção vegetal existentes, demonstrando destaque para os cultivos anuais existentes.

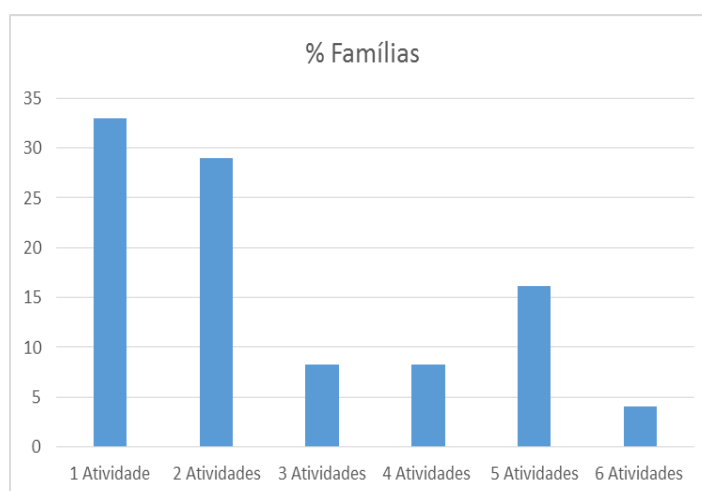
Gráfico 8- Principais Atividades Produtivas Vegetais



Org.: Do autor.

Além das informações acima apresentadas, também procurou-se identificar o número de atividades produtivas realizadas por cada família, no sentido de visualizar o grau de diversificação produtiva existente. Com base nos dados, é possível também identificar um grau baixo de diversificação, o que pode indicar uma dependência alta na aquisição de alimentos externos, haja visto que é justamente a diversificação das atividades que respondem por uma maior ou menor oferta de alimentos na unidade produtiva.

Gráfico 9 – Grau de Diversificação adotado nas atividades de produção vegetal



Org.: Do autor.

5 O PROJETO QUINTAIS SUSTENTÁVEIS COMO AÇÃO ESPECÍFICA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA RURAL

Os programas e políticas públicas federais e estaduais em execução nos assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul têm proporcionado significativos avanços do desenvolvimento das capacidades coletivas e associativas e apoiam de forma decisiva a organização da produção, a consolidação de sistemas produtivos, a agroindustrialização e o acesso aos mercados institucionais. Entretanto a parcela de famílias mais empobrecidas e que vivem na dependência de programas sociais de transferência de renda, pouco são atingíveis, ficando praticamente de fora de todo este processo. Os esforços até então dispensados, especialmente pelas equipes de ATES, pouco tem logrado êxito na mudança desta situação de isolamento, haja vista o nível de desmotivação, a precariedade de infraestrutura produtiva e o fato das

famílias não participarem efetivamente de nenhum tipo de organização social, nem produtiva. São condicionantes que aparecem como limites para esta convergência de esforços que atualmente é feita.

O Projeto Quintais Sustentáveis: Apoio à Estruturação e Produção Sustentável de Alimentos, foi concebido como uma ação mais específica, cujo objetivo é chegar até o núcleo destas famílias, oportunizando o acesso a uma estrutura mínima de produção para aumentar a diversificação de suas matrizes produtivas, inicialmente voltados a sua segurança e soberania alimentar e em segundo plano visando à geração de alguma renda a partir da comercialização dos excedentes por meio das cooperativas e demais canais de comercialização já existentes. Além disso, de forma indireta, o projeto busca melhorar o grau de motivação das famílias, quebrar a condição de isolamento e invisibilidade em que elas vivem, e estimular a sua inclusão social e inserção nas dinâmicas organizacionais e produtivas existentes no contexto regional.

Embora os projetos de assentamentos do Rio Grande do Sul não integrem a lista daqueles atendidos pelo Plano Brasil Sem Miséria, o Projeto Quintais Sustentáveis: Apoio à Estruturação e Produção Sustentável de alimentos foi elaborado à luz das diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria, voltado exclusivamente às famílias em situação de pobreza¹³ e pobreza extrema¹⁴, com o objetivo de superação desta realidade.

Resultante de uma parceria entre o INCRA, o MDS e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o projeto prevê o fornecimento de um Kit de estruturação produtiva agroecológica para cada família, de forma articulada com o desenvolvimento de ações de apoio e acompanhamento técnico a serem executadas pelas equipes de ATES. Além da realização de visitas individuais, também foram planejadas atividades de formação técnica e social coletivas, visando não somente a capacitação das famílias na implantação e uso do Kit, mas também sua inserção social e produtiva.

Mais do que este apoio inicial para que as famílias se inseriram na rota da inclusão social e produtiva, espera-se também que o projeto oportunize maior

¹³ Considera-se em situação de pobreza as famílias cuja renda per capita declarada no CadÚnico é igual ou inferior a 154 reais mensais

¹⁴ Considera-se em extrema pobreza as famílias cuja renda per capita declarada no CadÚnico é igual ou inferior a 77 reais

convívio entre as equipes de ATES e as famílias, haja visto que a própria implantação do KIT propicia esta aproximação. Outro aspecto que também merece destaque neste projeto, foi a grande participação dos diferentes atores, que estiveram presentes ao longo de sua elaboração. Entre eles representantes da coordenação estadual do MST, Embrapa, INCRA, Governo do Estado, prestadores de serviço de ATES e UFSM, dentre os quais tive a oportunidade de participar. Apesar dos vários debates travados, foi possível alcançar consenso na definição dos Kits a serem fornecidos pelo projeto, definir de forma mais nítida as responsabilidades e as estratégias a serem adotadas para a execução, considerando o envolvimento e as responsabilidades assumidas pelos diferentes atores, durante a fase de execução do projeto.

Cada entidade envolvida acabou assumindo “tarefas” no sentido de integrar esforços na qualificação dos resultados pretendidos. O Governo estadual, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, é responsável pela coordenação geral e pela aquisição dos itens integrantes do projeto. As prestadoras dos serviços de ATES, juntamente com a Universidade Federal de Santa Maria, são responsáveis pela definição e execução das atividades de assessoramento e acompanhamento técnico e social. O MST, através de suas cooperativas e grupos gestores, acompanha a execução, realizando as articulações necessárias para a inclusão produtiva das famílias, por meio de participação junto aos grupos de produção, associações, cooperativas e canais de comercialização já existentes.

Há que se falar também o importante papel desempenhado pela Embrapa que teve uma participação importante na montagem do Kit, ofertando tecnologia e conhecimento científico na definição das espécies e insumos mais adequados e adaptados às regiões de atuação do projeto. O Kit foi concebido e dimensionado para a estruturação e preparo de 2 (dois) hectares de cultivos alimentares diversos, com uso de tecnologias de base ecológica e aquisição de equipamentos de irrigação, mudas e insumos para a produção de frutas diversas, hortaliças, grãos e uma ampla diversidade de espécies regionais, tais como batatas, mandiocas, cucurbitáceas, entre outras, cultivadas em sistema de consórcio com espécies vegetais recuperadoras de solo. A composição das espécies de sementes e mudas integrantes do projeto apoia-se em um amplo processo de pesquisa e estudos realizados pela Embrapa Clima Temperado, junto às comunidades e assentamentos rurais, tendo como estratégia primeira, o alcance da segurança alimentar,

disponibilizando de forma regular, a oferta de alimentos durante todas as épocas do ano.

A partir do cruzamento entre a Relação de Beneficiários de cada assentamento e o CadÚnico, foi possível identificar todas as famílias assentadas, cuja renda per capita declarada, enquadra-as na situação de pobreza e de extrema pobreza, utilizada como critério eletivo. A partir deste critério de enquadramento e elegibilidade, utilizou-se outras informações complementares para realizar a seleção dos beneficiários do Projeto.

Cada família participante do projeto assinou um Termo de Compromisso e Responsabilidade, comprometendo-se a participar das reuniões, oficinas, cursos e palestras do programa, permitir o acesso em seu lote, dos responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações propostas pelo projeto, implantar as estruturas e cultivos dando destinação correta aos bens e insumos recebidos, comercializar os excedentes produzidos preferencialmente junto aos programas institucionais PAA e PNAE, ou em iniciativas locais e regionais de comercialização e responsabilizar-se pela guarda e manutenção dos bens recebidos pelo projeto, estando sujeitas a sanções punitivas em caso de descumprimento.

Para além dos compromissos assumidos pelas famílias, a própria coordenação estadual do movimento, também realizou um amplo debate com suas lideranças estaduais e regionais, de modo que estas famílias deixassem de ser vistas de forma isoladas, entendendo como necessário incidir esforços para inserir estas famílias dentro das cooperativas de produção e demais dinâmicas organizacionais, criando também mecanismos para dar vazão aquilo que a família se propõe a produzir.

A aquisição dos Kits foi realizada por meio de um programa estadual de compras públicas, chamado “fornecer”. Regulamentado em 2011 e coordenado pela central de licitações do estado este programa visa descentralizar as compras governamentais e incluir as micro e pequenas empresas locais nas licitações públicas, eliminando atravessadores e contratando pequenos, micro e médio empresários e comerciantes locais. Iniciativa, esta que, ao meu ver foi acertada, porque possibilitou que os itens fossem adquiridos diretamente nas regiões, facilitando a entrega nos assentamentos onde as famílias integrantes do projeto estão assentadas. Esta iniciativa também acabou resolvendo um sério problema de logística, que se apresentava como uma das principais ameaças ao êxito do projeto.

Para acompanhar e coordenar a entrega e o recebimento dos kits, a SDR, constituiu uma comissão em cada núcleo Operacional de ATES. Formada por 01 assessor técnico pedagógico – ATP, por um técnico da equipe de ATES, por um dirigente regional do MST e pela coordenação regional da SDR, a comissão assumiu as seguintes responsabilidades: a) definir e organizar com as empresas vencedoras, os locais de entrega dos materiais; b) avisar os beneficiários das datas das entregas; c) receber os materiais e fazer a conferência das quantidades e especificações técnicas do mesmo, atestando as notas Fiscais; d) promover a entrega dos kits diretamente para as famílias beneficiadas; e) articular os demais apoios logísticos, quando necessários para a efetivação das entregas, tais como prefeituras municipais, cooperativas, associações, etc.

Em relação aos resultados alcançados pelo projeto, há que se destacar que o projeto passa atualmente pela fase executiva de licitações e em algumas regiões de aquisição dos materiais, o que impossibilita a mensuração adequada dos resultados. Entretanto, a partir das informações captadas nas entrevistas realizadas e considerando um olhar parcial sobre aquelas famílias que atualmente estão recebendo os Kits, é possível perceber motivação e comprometimento da maioria das famílias na implantação dos kits. Contudo ressalto que a mensuração dos resultados alcançados somente poderá ser feita após a fase de entrega de todos os materiais. Considerando o caráter inédito deste Projeto, resta evidente que o monitoramento deva ser realizado de forma contínua e permanente, visando não só medir resultados, mas avaliar, adequar e qualificar o processo de execução, a partir da identificação dos pontos fortes e pontos fracos que surgem durante a “caminhada”.

Não há como deixar de comentar alguns aspectos negativos que, ao meu ver, se sobressaem como fortes ameaças ao alcance dos objetivos esperados pelo mesmo. A primeira delas diz respeito à disponibilidade financeira necessária para executar o projeto, pois o repasse de recursos do INCRA para a SDR se dá por meio de um convênio, cujos repasses financeiros ocorrem de forma parcelada com base no plano de trabalho pactuado e na disponibilidade orçamentária existente. Situação que já tem provocado descompasso e atraso na aquisição dos Kits. Outro aspecto relevante é a própria forma de aquisição dos kits, por meio de licitações realizadas pela Central de Licitações do Estado, enfrentando um trâmite burocrático extenuante e moroso, que abre janelas de tempo muito grande, gerando muito atraso e

descrédito ao projeto como um todo. A exemplo, citamos o caso da aquisição de mudas frutíferas, em épocas tecnicamente inadequados ao seu plantio. Por fim, um terceiro aspecto limitador foi a necessidade de padronização em um único Kit de materiais e insumos comum a todas as famílias participantes, devido a necessidade de atendimento ao disposto na lei de licitações que orienta os procedimento para a aquisição dos itens. Desconsidera, portanto os anseios e habilidades produtivas, particulares a cada beneficiário.

6 OS SERVIÇOS DE ATES NA AGENDA DE SUPERAÇÃO DA POBREZA E NA EXECUÇÃO DO PROJETO QUINTAIS SUSTENTÁVEIS

A partir da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), promovida pelo Governo Federal a partir de 2003, o INCRA também passou a discutir, com base nas mesmas diretrizes, um programa para atender os assentados da reforma agrária. Dessa forma, além de sustentar politicamente a assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares, as diretrizes da PNATER serviram como base para o lançamento do programa de assistência técnica, destinada a atender exclusivamente o público da reforma agrária (DALBIANCO, et al. 2013).

No Rio Grande do Sul, os serviços de ATES sofreram importantes evoluções desde 2003. Inicialmente, a execução por meio de convênios, trouxe uma série de problemas e críticas, não só pelas prestadoras de ATES em função dos atrasos no pagamento dos serviços prestados, como também pelos órgãos de controle que cobravam maior transparência e controle sobre os serviços. Na tentativa de superação dos entraves, o programa de ATES foi evoluindo e sua execução passou a ser por meio de contratos com as prestadoras o que garantiu maior regularidade no repasse de recursos e trouxe uma série de novidades, entre elas a criação dos Conselhos Regionais de ATES¹⁵. Formados por representantes do INCRA, das prestadoras e das famílias assentadas, estes conselhos assumem um papel importante na avaliação das ações realizadas e no planejamento das ações futuras, atuando de forma integrada e concomitante ao Conselho Estadual de ATES, que é formado por representantes do governo federal, do governo estadual, das

¹⁵ Instâncias de participação e controle social criado em cada um dos 18 Núcleos Operacionais de ATES instituídos pelo Programa

universidades, das entidades e órgãos de pesquisa e dos movimentos sociais. Este conselho tem um papel importante no aperfeiçoamento das diretrizes e ações do Programa como um todo.

A experiência acumulada até este momento trouxe avanços significativos na execução do programa de ATES e desencadeou um amplo conjunto de iniciativas e esforços sincronizados que vem contribuindo, a partir de referências conceituais da agricultura familiar e da agroecologia, para a diminuição da pobreza nos assentamentos, para a consolidação de sistemas e matrizes produtivos existentes, para o assessoramento técnico às organizações produtivas ligadas a reforma agrária, para a realização de mediações necessárias à integração de políticas públicas, programas institucionais e inserção das famílias aos mercados institucionais e outros programas e políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável.

No que tange ao enfrentamento da pobreza nos assentamentos, vale citar que a última chamada pública realizada para contratação dos serviços de ATES, no final de 2013, levou em consideração uma série de critérios para a composição das equipes de ATES para cada Núcleo Operacional. Dentre estes, destacamos aqui que o número de famílias assentadas beneficiadas pelo programa “Bolsa Família” em cada assentamento foi utilizado como um critério para ampliar a disponibilidade de horas técnicas para atendimento destas famílias. Exigiu-se das prestadoras de serviços de ATES contratadas uma priorização no atendimento deste público. Como a maioria destas famílias não participa das dinâmicas organizativas locais/regionais existentes e vivem isoladas em seus lotes, o redimensionamento e ampliação das equipes foi realizado para dar maior atenção e tempo para a realização de atividades individualizadas junto às mesmas.

A exigência de contratação de profissionais de nível superior com formação na área social, preferencialmente com formação em assistência social ou sociologia, ou antropologia, ou psicologia, se apresenta como uma inovação importante para proporcionar que as equipes consigam ter outros olhares sobre a realidade das famílias, para além da questão técnico – produtivista. Espera-se que estes profissionais, apoiados pelas informações obtidas através do SIGRA, contribuam com o apontamento de elementos que permitam enfocar melhor as estratégias de trabalho junto a estas famílias e a partir das vulnerabilidades identificadas.

De acordo com os depoimentos colhidos nas entrevistas é notória as dificuldades que as equipes de ATES possuem ao trabalharem com as famílias mais empobrecidas, em função da falta de capacidade que as mesmas possuem em dar respostas produtivas e aí o trabalho com estas famílias acaba sendo mais pontual com grupo de mulheres, ações de saúde, ações sócio assistenciais do cotidiano, mas ainda com enormes dificuldades de implantar estratégias que consigam motivar as famílias a mudarem sua atual condição de vida.

Entende-se que as equipes de ATES, com um todo ainda precisam avançar na superação do difusionismo produtivista e enfrentar o desafio de atuarem nas múltiplas dimensões que cercam o problema da desigualdade e da exclusão social. De modo geral as estratégias para o enfrentamento da pobreza nos assentamentos exigem uma atuação mais intensiva das equipes, com vistas a adoção e execução de políticas públicas em diversas áreas, com destaque para as seguintes dimensões:

a) Dimensão Social: perceber a realidade e as razões relacionadas ao modo de vida das famílias; promover espaços de reflexão e problematização que elevem o nível de consciência, de confiança e de construção das identidades camponesas, abordando temáticas como gênero, juventude, entre outros; desenvolver as capacidades individuais e coletivas, mediando o acesso das famílias as inúmeras políticas sociais, como a ampliação da educação no campo, da saúde, da segurança alimentar, do acesso às políticas sociais, bens e serviços essenciais e, sobretudo; relacionar e articular, na medida do possível as ações, políticas disponíveis e dinâmicas de organização social existentes, criando sinergias e convergências de esforços na inclusão social das famílias;

b) Dimensão Ambiental: Elaboração de estratégias, mediação e realização de ações que venham ao encontro do uso sustentável e preservação dos recursos naturais;

c) Dimensão produtiva: Geração de renda com o desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas e não agrícolas capazes de contribuir na sustentação das famílias, estimulando a diversificação das atividades econômicas como mecanismo de ampliação das oportunidades, o acesso as políticas de estímulo à diversificação produtiva, como forma de geração de renda e suprimento das situações de insegurança alimentar e nutricional das famílias mais pobres, fazendo as mediações necessárias e incentivando o acesso aos canais de comercialização

existentes, especialmente os institucionais, entre outras inúmeras ações que guardem relação ao desenvolvimento das famílias e das forças produtivas locais.

7 CONCLUSÃO

As causas da desigualdade e da ausência de reconhecimento social são, por definição, invisíveis a olho nu. Ainda que a pobreza e a miséria material sejam facilmente perceptíveis e reconhecíveis, as causas e condições que as tornam possíveis e socialmente legitimadas não o são (SOUZA, 2009).

A pobreza é um problema complexo e como tal não admite solução fácil. O desafio de erradicar a miséria no meio rural demanda medidas de acesso ao conhecimento (dos direitos, dos meios de produção e do acesso à tecnologia), e uma articulação entre o conjunto de operadores e das políticas públicas. O aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão da produtividade e do poder de auferir renda (Amartya Sen). Como ensinou Josué de Castro, tal realidade não é um fenômeno natural, como tantos querem fazer crer, classificando a pobreza como o "flagelo fabricado pelos homens contra outros homens, que tem que ser enfrentada". Neste contexto é que a Extensão Rural é desafiada a contribuir, conhecendo as causas da exclusão social, ouvindo estas famílias, apoiando-as e construindo com elas, compreensões de mundo e ações de acesso que buscam superar esta realidade.

Imbuído deste espírito é possível perceber que o Projeto Quintais Sustentáveis: Apoio a Estruturação e Produção Sustentável de Alimentos, tem inicialmente conseguido gerar sinergia e convergência na realização de esforços das várias instituições públicas ligadas ao desenvolvimento dos assentamentos e dentro da própria organização do movimento e das lideranças nos assentamentos, especialmente aquelas mais vinculadas ao debate da organização da produção. E isso, ao meu ver, não é pouco coisa, haja visto as dificuldades e o próprio descrédito que ainda perdura nas instituições e sujeitos sociais, quando trata-se de desenvolver esforços de inclusão deste conjunto de famílias que possuem baixa ou nenhuma capacidade de resposta e que por vezes são vistos como lúmpens¹⁶.

¹⁶ Pessoas sem ocupação, sem interesse e sem motivação de trabalho.

Mais que implantar um quintal sustentável para melhorar a segurança alimentar e a renda das famílias assentadas, o projeto propicia um contato, especialmente das equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural com a realidade em que vivem estas famílias. Estas equipes foram constituídas, através da última chamada pública, com a missão de focar esforços na superação da pobreza dentro dos assentamentos, conhecendo e atuando nas múltiplas dimensões que se relacionam com este tema. Portanto o projeto é inovador, haja vista que tem conseguido impor desafios complexos, sobretudo na construção de reflexões mais claras acerca do próprio papel da extensão rural.

O arranjo de políticas públicas e de esforços dispensados atualmente têm possibilitado avanços importantes no melhoramento das capacidades coletivas regionais e organização de cadeias produtivas estratégicas, contribuindo também no aprofundamento e qualificação das relações de acesso aos mercados institucionais, especialmente nas modalidades de doação simultânea. Isto tem possibilitado a construção de importantes circuitos alternativos de distribuição dos alimentos, possibilitando o acesso da população urbana mais empobrecida a alimentos saudáveis produzidos a partir da força de trabalho familiar de centenas de famílias camponesas. Condições estas que tem gerado um efeito muito positivo nas famílias assentadas, que por sua vez também se motivaram a melhorar seu nível de organização e planejamento produtivo para dar conta destas dinâmicas estabelecidas.

A consolidação deste arranjo de políticas é de fundamental importância e é estratégico para consolidar o desenvolvimento dos territórios de reforma agrária, mas elas precisam ser fortalecidas. Neste sentido, o “Projetos Quintais Sustentáveis”, para além do desafio de alcançar seus objetivos específicos, deve ser fortalecido como um instrumento que permita a ponte de ligação, ainda inexistente entre a grande maioria das famílias beneficiadas com todo o arranjo de esforços em curso para o desenvolvimento dos assentamentos.

O que é possível concluir também é que com base no esforço de caracterização realizada a partir das informações do SIGRA, resta evidente que a baixa diversificação produtiva acaba provocando um aumento na dependência na aquisição externa de alimentos, impactando a renda e a capacidade aquisitiva das famílias. Nesta esteira o projeto quintais vem de encontro à necessidade evidente de aumentar a diversificação produtiva. Além disso, uma maior aproximação das

equipes durante a execução do projeto também poderá facilitar a identificação de outras vulnerabilidades e carências técnicas que dificultam o alcance de resultados satisfatórios das atividades produtivas desenvolvidas. Por exemplo, a questão da bovinocultura leiteira com seus baixos índices de manejo reprodutivo, ocasionando interrupção da atividade em parte do ano para mais de 55% dos beneficiários. De imediato percebe-se aí a necessidade de um apoio técnico para além do projeto quintais, mas importante para melhorar a atividade geradora de renda no lote.

Por fim e considerando que a atual fase de execução do projeto ainda não permite mensurar os seus resultados diretos e indiretos, nosso esforço aqui é de aproximar algumas percepções, como as que estão colocadas neste estudo. Não é possível, portanto, concluir neste momento que o projeto tenha conseguido atingir os resultados esperados, nem se ele conseguiu promover a inclusão das famílias nas dinâmicas organizativas e processos de desenvolvimento regionais existentes. Contudo, é possível perceber que a experiência e a metodologia utilizada para a elaboração do Projeto gerou uma forte aproximação e uma sinergia importante entre as diferentes instituições e sujeitos sociais envolvidos com o processo de desenvolvimento dos assentamentos. De igual forma gera oportunidade de imergir no tema da pobreza, compreender melhor esta realidade e a partir do diálogo com as famílias apoiá-las na construção de alternativas para superarem a condição de vulnerabilidade e pobreza em que vivem.

Certamente que a alta dependência das condições climáticas, ambientais, das nuances do mercado de alimentos, que é comum a todas as famílias que vivem do labor da agricultura, por si só já são fatores de vulnerabilidade presentes neste contexto. Neste sentido, a ATES representa mais do que uma simples qualificação para a produção de alimentos, mas, sobretudo representa uma ação necessária para assegurar a permanência digna dessas famílias no meio em que vivem e a sua reprodução social. A atuação presencial no lócus em que habita as famílias assistidas é um pressuposto das ações de extensão rural, muitos em locais de difícil acesso ou áreas de risco ambiental. Situações estas que por si, já os qualificam como público vulnerável. Portanto, há que se reconhecer o importante papel que ela representa não somente ao que se restringe a produção de alimentos, mas também nas áreas de garantia de direitos, saúde, educação, saneamento básico, gerenciamento da produção, acesso a mercados, lazer, geração de renda, sempre

dirigidas às famílias, à juventude, a idosos, zelando pela equidade de gênero, raça e etnias.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. D. Brasil Sem Miséria na Reforma Agrária: Avanços na Inclusão Social e Produtiva. IN: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **O Brasil Sem Miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Viera da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

BERGAMASSO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Assentamentos e Assentados no Estado de São Paulo: os debates e as categorias inerentes à constituição dos programas de reforma agrária. IN: NEVES, D. P. **Desenvolvimento Social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CHIES, J. J.; BERBIGIER, M. M.; FLECK, E. M. A Dinâmica dos Mercados Institucionais nas Áreas Reformadas do Rio Grande do Sul. In: XXIX Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología, 2013, Santiago do Chile. **Anais...** Santiago do Chile, 2013.

DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P.S.; BERBIGIER, M. M.; ZARNOT, A. V. Os serviços de extensão Rural no Brasil: a necessidade de um Estado protagonista e não coadjuvante. In: XXIX Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología, 2013, Santiago do Chile. **Anais...** Santiago do Chile, 2013.

GUEDES, C. M. A. G.; STURN, C. E.; PETRARCA, L.; GUERESI, S. Brasil Sem Miséria na Reforma Agrária: Avanços na Inclusão Social e Produtiva. IN: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **O Brasil Sem Miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Viera da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Projeto Básico visando a contratação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES**: para famílias assentadas no Estado do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/assistencia-tecnica/rio-grande-do-sul-sr-11/chamadas-publicas>. Acesso em: 05 jul. 2015.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.